



Anais da Assembleia

N.º 114

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1.979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1.979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (57), achando-se ausente, em missão cultural, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da Casa, de um voto de aplausos pela passagem do 40.º aniversário de Sacerdócio de D. GERALDO PELANDA, Bispo Diocesano de Ponta Grossa.

Toda a comunidade da Diocese de Ponta Grossa comemorou com alegria e entusiasmo, no último domingo, a passagem dos quarenta anos de vida religiosa dedicados à comunidade, do seu querido Bispo, cuja permanência há longos anos naquela Diocese, conquistou o povo princesino, onde goza de prestígio ímpar, sempre despertando a fé entre os fiéis.

Ligado a muitos anos pela fraterna amizade a D. Geraldo, que tem servido de exemplo para todos, quero, através deste Poder Legislativo, prestar esta singela homenagem àquela proeminente autoridade religiosa.

Requer, finalmente, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e com o apoio do Plenário, REQUER a inserção em

ata, de um voto de congratulações ao Seminário São Vicente de Paulo, com sede em Araucária e pertencente à Congregação da Missão, Província do Sul, pela passagem dos seus 25 anos de funcionamento.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTE

JUSTIFICATIVA:

A presença do Seminário São Vicente de Paulo na cidade de Araucária, registra um marco, não só na Igreja do Paraná mas do Brasil. Os seus dirigentes souberam imprimir uma linha segura, profundamente humana e de uma religiosidade aberta ao homem e aos tempos novos.

Nos vinte e cinco anos de seu trabalho, o Seminário formou sacerdotes voltados para o múnos sacerdotal, para orientadores dos fiéis não só em terras brasileiras, mas agora já abrindo campos de trabalhos apostólico junto a outros povos.

Ao registrar este acontecimento, nesta Casa, que representa as camadas sociais, fazêmo-lo com alegria e com reconhecimento. Aquela Instituição, além de formar sacerdotes, forma bons brasileiros que, no seu campo de atuação, têm procurado construir um Brasil mais cristão e mais humano.

Consignamos igualmente, votos de que prossiga nesta mesma linha o seu belo ideal, especialmente nesta época eivada de materialismo, de coisificação do homem, há líderes que acreditam no homem e acreditam que na construção de uma cidade humana na terra, caminha para a cidade Eterna.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado voto de louvor à Diretoria e Associados do Clube dos Diretores Lojistas pela realização da "SEMANA DO FREQUÊS", em Cascavel, no período de 10 a 15 de setembro do corrente ano.

Tal promoção, além de proporcionar aos consumidores, principal alvo da promoção, ofertas de mercadorias a preços acessíveis, veio trazer aos lojistas um bom faturamento. Temos absoluta convicção que "A Semana do Freguês", já incluída no calendário turístico de Cascavel, certamente atrairá o consumidor local e da região, no decorrer dos anos em que será promovida.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado apelo ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, no sentido de que a nossa autoridade máxima administrativa, reveja a política de abastecimento, relativa à abertura de postos de gasolina nos finais de semana, e permita o funcionamento de pelo menos um posto aos domingos, no litoral paranaense, podendo o mesmo optar entre Matinhos e Guaratuba.

As recentes declarações do Presidente do CNP, General Oziel de Almeida, causaram um mal-estar entre nós paranaenses, já que aquela autoridade "fechou a questão" em relação ao Paraná, deixando patente que nós não seremos beneficiados com a medida, em contrapartida com o que acontece com o nosso vizinho Estado de Santa Catarina.

Com esta medida injusta, por ser parcial e não possuir qualquer lógica, o comércio e os demais serviços do nosso litoral

vem sendo sensivelmente prejudicados com a baixa ocorrida em relação ao número de turistas e dos próprios veranistas que lá possuem residência.

Temos certeza que Sua Excelência o Presidente Figueiredo, sensível aos problemas do povo, certamente atenderá nosso reclamo, que é dos mais justos, pois visa defender a população de nosso litoral, bem como aquelas que para lá demandam e que, em última análise, são o sustentáculo da vida litorânea.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1.979.

(a) NELSON BUFFARA

APOIAMENTOS: Leônidas Chaves, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira, Domício Scaramella, Trajano Bastos, Gernote Kirinus, Waldyr Pugliesi, Fiori Luiz, Carlos Zanlorenzi, João Mansur, João Elísio, Tércio Albuquerque, Gilberto Carvalho, Cyro Martins, Renato Bueno, Edilson Alencar, Nelson Friedrich, José Tavares, Tadeu Lúcio Machado, Gabriel Manoel, Antônio Facci, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Palácios, Basílio Zanusso, Aguinaldo Pereira Lima, Fabiano Braga Côrtes, David Cherigate, Lázaro Dumont, Renato Bueno, David Federmann, Túlio Zanchet, Nilso Sguarezi, Lineu Turra, Airtton Cordeiro, Darcy Deitos, Nestor Baptista, Augusto Carneiro, Valduga, Fidelcino Tolentino, Jurandir Messias, Adalberto Daros, Renato Bernardi, Erondy Silvério, Paulo Camargo, Mário Celso, Romero Filho e José Domingos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja dirigido apelo ao Excelentíssimo Sr. Ney Braga, DD. Governador do Estado, para que determine às Secretarias de Segurança e Justiça, medidas para que a ação que as mesmas vêm desenvolvendo na Região de Cascavel, já conhecida como "operação jagunço", seja estendida à região do Sudoeste de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

As denúncias de "jaguncismo" na região sudoestina tem se repetido cada vez com mais frequência;

2. Casos como os dos Municípios de Pato Branco, Salgado Filho, Ampére, Enéas Marques e Salto do Lontra, já são conhecidos das autoridades competentes;

3. Agora mesmo, a população de Ampére se vê impossibilitada de sair à noite de seus lares, tal o clima de insegurança que reina naquele município. Tais fatos foram inclusive denunciados pela TV Tarobá de Cascavel, na última segunda-feira;

4. A ação, nos moldes da que está sendo executada na região de Cascavel, teria o condão de "limpar" a região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com o respaldo do Plenário, REQUER seja enviado veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública, para que sejam construídas residências para atendimento de militares e policiais que se deslocam em serviço para as cidades de Santo Antônio da Platina, Andará, Jacarezinho, Ribeirão do Pinhal, Abatiá, Ibaiti, Barra do Jacaré, e Conselheiro Mayrink.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica pelo fato de que Delegados, Agentes Policiais, Carcereiros e outros relativos ao serviço, são designados para atender serviços policiais militares junto a delegacias e quartéis e, conseqüentemente, têm os

mesmos que transferirem suas residências e respectivas famílias para os referidos locais, o que tem causado transtornos, porque além de encontrarem dificuldades quanto à disponibilidade de casas para alugar, os aluguéres praticamente consomem setenta a oitenta por cento dos vencimentos dos referidos funcionários.

Rendo em vista os baixos salários, acreditamos que, com esta medida, estaremos oferecendo maiores condições para que aqueles policiais e militares desempenhem suas funções com mais proeficiência e independência, não ficando assim, à mercê de favores que possam comprometer os seus trabalhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, no sentido de que determine providências urgentes para a extensão da duplicação da Rodovia do Xisto, em primeira etapa, até a altura da ponte sobre o Rio Iguaçu, no Município de Araucária, e em segunda etapa, até o Município da Lapa.

Tal solicitação prende-se ao fato de que a Rodovia do Xisto encontra-se atualmente totalmente congestionada, principalmente no trecho Curitiba - Araucária, em decorrência do movimento de veículos de cargas que demandam à Refinaria da PETROBRÁS. Por outro lado, com a recente liberação da Rodovia Transbrasiliana, milhares de veículos de transporte pesado, oriundos do Sudoeste do Estado e do Oeste catarinense, através de União da Vitória, utilizam a Rodovia do Xisto para alcançarem o Porto de Paranaguá e São Paulo, agravando sobremaneira o congestionamento já existente, notadamente no trecho Araucária - Curitiba.

A presente reivindicação vem sendo pleiteada pelos Municípios da Lapa e Araucária, em conseqüência do intenso tráfego da Rodovia do Xisto, provocando sérios prejuízos em suas atividades econômicas, e principalmente pelo fato de que pavorosos acidentes vêm ocorrendo, ceifando vidas preciosas, em face das dificuldades de trânsito pelo congestionamento ora verificado.

A duplicação da pista pleiteada, em duas etapas, virá permitir um escoamento melhor da produção daquela região, bem como garantir aos usuários daquela importante rodovia, um fluxo de tráfego seguro.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. GILBERTO GERALDO GARBI, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto Telefônico em Ibiracema, Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ibiracema, situado no Município de Catanduvas, é um progressista povoado do Oeste do Paraná, contando com aproximadamente 15.000 habitantes.

O desenvolvimento agrícola e industrial verificado naquela região é notório.

A necessidade da instalação de um Posto Telefônico, faz-se necessária, pois a sede de Catanduvas, dista trinta e dois quilômetros de Ibiracema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, no sentido de aprovar o Pedido de Informações ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, a fim de que seja este Poder informado das razões e causas que levaram à paralisação das obras da PR-481, que liga Ampére a Santo Antônio do Sudoeste, tendo em vista o adiantado estágio da construção daquela rodovia.

Que da decisão comunique-se às Prefeituras e Câmaras Municipais de Ampére e Santo Antônio do Sudoeste, bem como ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Parece de todo injustificável a paralisação das obras da PR-481, rodovia que ligará as cidades de Ampére e Santo Antônio do Sudoeste. Esta última, ainda isolada do contexto asfáltico do Estado, está na iminência de ver o surgimento de dificuldades intransponíveis para processar o escoamento de suas safras.

Por outro lado, as obras avançaram muito e pouca coisa falta para a conclusão, razão porque, está a população intrigada e sem explicações do porquê da paralisação.

Por outro lado, tem como objetivo o presente requerimento, alertar as autoridades responsáveis, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias ao imediato prosseguimento e conclusão daquela obra rodoviária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Nivaldo Almeida, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Guarani, na ligação entre o Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, com a sede do Município de Quedas do Iguaçu.

Tal solicitação visa atender os reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Nivaldo Almeida, solicitando a retificação de traçado no trecho que liga o Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, à sede do Município de Quedas do Iguaçu.

Tal solicitação prende-se ao fato do grande intercâmbio comercial que existe entre as duas localidades, prejudicado pela falta de melhores condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, respaldados no Regimento Interno, e com o apoio do Plenário, REQUE-REM prorrogação por 60 (sessenta) dias do prazo para a conclusão dos trabalhos da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O COOPERATIVISMO PARANAENSE.

A prorrogação justifica-se pelo fato de que os trabalhos iniciados a 5 (cinco) de abril do corrente, ainda não puderam ser concluídos. A CPI já ouviu várias autoridades no assunto, líderes cooperativistas, mas necessita ouvir ainda alguns e apresentar seu relatório.

Por essas razões, os Membros da Comissão, deliberaram

solicitar a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(aa) David Cheriegate, Augusto Carneiro e Nelson Friedrich
Apoio: Trajano Bastos e Darcy Deitos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 143/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SEMINÁRIO SÃO JOSÉ DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um (01) ano, e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é preparar científica e moralmente os candidatos ao Sacerdócio da Arquidiocese de Curitiba.

Isto posto, apresentamos o projeto de lei presente, à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas hoje conseguimos completar com a assinatura do quinquagésimo oitavo Deputado, a totalidade dos Parlamentares que compõem este Poder, no expediente que estamos endereçando ao Sr. Presidente da República, protestando.

Protesto este que é de todo o Paraná, porque está firmado por cinquenta e oito Srs. Deputados, onde nós demonstramos a nossa profunda mágoa, a nossa mais profunda tristeza, pelo fato da medida discriminatória do General Oziel de Almeida, Presidente do CNP, quando houve por bem distinguir Santa Catarina, com quatro postos que permanecerão abertos aos domingos e nenhum para o nosso litoral.

Essa discriminação nos revolta. Essa discriminação faz com que nos unamos, como unidos estamos, através desse expediente singular. A singularidade é que ele contém a assinatura de todos os Srs. Deputados das duas bancadas. E nele depositamos nossa esperança. Nele depositamos nossa fé, no Presidente da República, que com certeza irá reformular aquela determinação discriminatória e odiosa do General Oziel de Almeida.

O Paraná não pode ficar à mercê de caprichos de medidas intempestivas, tomadas sem discernimento, sem raciocínio, das consequências que poderiam advir. E as consequências estão aí. Uma revolta em todo nosso litoral, nas nossas praias, os Vereadores dos Municípios de Matinhos e Guaratuba, já estiveram inclusive, em contato com o Sr. Presidente desta Casa, Deputado Fabiano Braga Côrtes, que muito tem feito no sentido de levar a bom termo esta meta dos litorâneos que pretendem, em igualdade de condições, um posto de gasolina em nosso litoral.

Endereço à Mesa este requerimento, que me parece, independe de votação; só por formalidade, está firmado por todos os Srs. Deputados desta Casa, Sr. Presidente.

E gostaria que Vossa Excelência, já que procurado foi por moradores e vereadores daquela cidade de Guaratuba, Vossa Excelência com seu prestígio, seu conceito, como Presidente deste Poder, faça valer da sua força, Deputado Fabiano Braga Côrtes, tentando inclusive conseguir a simpatia — e creio que já temos do Sr. Governador, para que possamos vencer o capricho daquele general, que numa noite muito infeliz, numa entrevista que deu a uma televisão, não me recordo qual foi o canal, em Foz do Iguaçu, mostrou a sua total insensibilidade, sua total apatia, por um problema que é eminentemente nosso, e vamos defendê-lo com toda a pujança do nosso prestígio e do nosso mandato, que o povo nos outorgou.

Deputado Fabiano Braga Côrtes, a Vossa Excelência eu delego, entrego este requerimento, na condição de Presidente e de Deputado, para que, tenho certeza, para que Vossa Excelência possa colaborar e muito fazer para atender os objetivos desse pessoal da região do litoral.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Mais um requerimento de nossa autoria, requer o envio de expediente ao Delegado Regional do Trabalho, Adalberto Massa, pedindo providências para a eliminação de revistas em operários, praticadas por muitas empresas paranaenses. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. General Adalberto Massa, MD. Delegado Regional do Trabalho, solicitando providências para determinar o fim das chamadas "revistas em operários", prática usual em diversas empresas paranaenses, para com seus funcionários.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

É notório que diversas empresas paranaenses utilizam a prática e condenável atitude, também desumana, de fornecer "revistas" em seus funcionários.

A denúncia feita à Delegacia Regional do Trabalho, por funcionários da PHILIP MORRIS: "brasileira", instalada na Cidade Industrial de Curitiba, não constitui nenhuma surpresa, porquanto essa prática é utilizada há muito tempo por inúmeras empresas do Estado e do País. Em Londrina, por exemplo, é comum o operário ser revistado no final da jornada de trabalho. Funcionários das Lojas Americanas daquela cidade, têm reclamado constantemente.

O episódio da Philip Morris deve merecer atenção especial do Delegado do Trabalho. Na semana passada, vinte e um funcionários foram suspensos por cinco dias, por negarem-se a tirar as roupas para a revista.

Com a interferência do General Adalberto Massa, a suspensão dos mesmos foi anulada. Segundo o General Massa, o funcionário tem todo o direito de negar-se à revista, o que não constitui ato de indisciplina, e sim, um direito do funcionário. Essa firma multinacional, além de utilizar o método de célula fotoelétrica, ainda obriga o funcionário a tirar suas roupas íntimas para a revista, inclusive mulheres grávidas.

É uma agressão aos direitos humanos do cidadão. Para um chefe de família, é constrangedor sujeitar-se a esse tipo de revista.

Sugerimos ao Delegado Regional do Trabalho, homem sensível e intransigente na defesa das leis, que faça uma comunicação oficial às empresas que adotam tal método, exigindo que os direitos do trabalhador sejam respeitados.

Se a equipe do General Massa der umas incertas pelas empresas do Paraná, certamente irá coletar centenas de denún-

cias de empregados que são obrigados a se sujeitarem a um "constrangimento ilegal".

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Registramos com satisfação, a presença em nosso Plenário, de Sua Excelência o Sr. Deputado Federal, Álvaro Dias.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ouvimos estarecidos, o Presidente da República afirmar em recente discurso, que o Governo, o empresariado e os consumidores são culpados pela inflação.

Nunca o povo poderia ser acusado desse crime, se dele é a vítima principal, espoliado que é no salário pela degradação alarmante do valor da moeda, pela alta incessante do custo de vida e pelos juros escorchantes que paga ao adquirir, no crediário, utilidades imprescindíveis.

O modelo econômico, adotado a partir de 1.964, contribuiu para o lamentável estado de coisas a que chegamos, com mais de trinta bilhões de brasileiros rotulados oficialmente de "pobres, quando não passam de miseráveis. A fome e a doença são as companheiras inseparáveis dessa enorme legião, e se constituem nos fatores da revolta e do desespero que estão contaminando o País.

O Governo é o culpado da situação. Os erros acumulados explodiram a economia nacional. Com o incremento à agricultura de exportação, para cobrir os compromissos oriundos da crescente e insuportável dívida externa, o Governo abandonou a agricultura da subsistência, e por isso é compelido a onerar ainda mais a balança comercial com a importação de feijão, milho, alho, trigo, e outros produtos essenciais, tornando-nos dependentes das fontes abastecedoras do exterior.

A obsessão pelo dinheiro estimula os técnicos na descoberta de fórmulas mil, e o povo é cada vez mais escorchado. Os impostos e taxas atingem a níveis já insuportáveis. Não saciados, o Governo inventou a loteria esportiva, que o custo de acenos para enriquecimento rápido canaliza, semanalmente, mais de uma centena de milhões de cruzeiros, extraídos da bolsa humilde do trabalhador e da dona de cada.

No ano, se eleva a soma a muitos milhões de cruzeiros, que irão fazer falta ao chefe de família, na compra do pão, do leite, da roupa e do calçado.

Outra arapuca está sendo armada pelo Governo Vai ser proximamente lançado o loto, ou zooteca, nome disfarçado do "jogo-de-bicho", uma contravenção penal que enriquece muita autoridade e que ajudou a eleger muito candidato situacionista.

A imprensa registrava, de quando em quando, o estouro de alguma fortaleza e a prisão de bicheiros. É claro que o banqueiro do jogo-de-bicho nunca foi preso, e sempre teve uma feliz coexistência com certas autoridades...

Se o loto é o mesmo jogo-de-bicho, com outro nome, e se sua proibição é prevista no Código Penal, o Governo não pode patrociná-lo; patrocinando, é tão contraventor quanto quem mais o seja. Falecer-lhe-á autoridade para reprimir e punir qualquer delinqüente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna para protestar ainda contra novo assalto que o Governo Federal vem de perpetrar contra a economia popular. Trata-se da nova majoração de tarifas postais e telegráficas, impostas este ano, sem a mínima consideração às classes menos favorecidas.

A carta comum, no início deste ano, era de Cr\$ 1,80, e passou para Cr\$ 2,50, e agora, a partir do sábado penúltimo, aumentou para Cr\$ 3,20. Acima de 20 e inferior a 50 gramas, o preço é de Cr\$ 6,00. O cartão-postal passou para Cr\$ 2,50, e pagará tarifa de carta, se ultrapassar de 10 gramas. Os valores postais, tiveram taxaçaõ apreciavelmente elevada, pois, até Cr\$ 150,00, o remetente pagará nada menos que Cr\$ 26,20,

quase trinta por cento sobre o valor.

O telegrama comum custará Cr\$ 17,40 por um mínimo de vinte palavras, e um adicional de Cr\$ 8,70 por grupo de cinco palavras excedentes.

Os pobres ficam impedidos de se comunicarem com parentes e amigos, porque o Governo se mostra mais ganancioso do que os banqueiros, com os juros extorsivos que cobram.

Em todos os países, os serviços postais-telegráficos são deficitários, para poder estar ao alcance de quaisquer bolsas. Leve-se em conta o importante papel social que desempenha. Mas, no Brasil, tende-se a dar lucro extraordinário, para o que sacrifica o povo.

Olha o Presidente da República ao seu redor, e descobrirá, se não for cego, que o Governo incentiva a inflação mais do que ninguém, pelo aumento contínuo dos tributos já em escala asfixiante.

E o contribuinte é sua inescapável e indefesa vítima, sem direito até de reclamar contra a extorção que sofre.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de receber, em devolução, uma carta enviada ao Vereador, talvez um dos mais conhecidos do Paraná, Severino Sacomori, de Foz do Iguaçu, encereçada à Câmara Municipal daquele município.

O motivo da devolução, assinalada pela Empresa Brasileira de Correios e Teleógrafos — "mudou-se".

Ora, Sr. Presidente, teria realmente mudado o local de funcionamento da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu? Era objeto até de uma indagação ao eminente Deputado Tércio Albuquerque, se mudou a Câmara de Foz do Iguaçu, se realmente, Sr. Presidente, ocorreu esta mudança de endereço.

Curiosamente, este fato ocorreu justamente no dia em que a Federação do Comércio do Paraná enviou um ofício à Direção da EBT, protestando contra a majoração excessiva das tarifas postais. Segundo aquela entidade, a recente majoração, somada com o reajustamento havido no mês de abril último, soma um percentual de nada menos que sessenta por cento dos primeiros nove meses do corrente ano, superando os índices da inflação oficial.

A crítica oferecida pela Federação, e o fato de uma empresa cujo capital majoritário é do Governo, agindo assim, livremente, fora dos apelos e dos controles de preços e dos aumentos de produtividade, é realmente estarrecidora. Essa desigualdade de tratamento, e a criação de empresas com sufixos "BRÁS," entre aspas, e a inoperância destas, criticada pela Diretoria da Federação, já foi alvo de discussão nesta Casa, onde também são apontadas como danosas algumas empresas com esses sufixos. Aqui, no Paraná, o sufixo entre aspas "PAR".

Todavia, o que não se pode admitir, Sr. Presidente, é a leonina majoração das tarifas e o mau atendimento dessas empresas do Governo, e principalmente se fizermos uma retrospectiva histórica, verificaremos que, ao se criar empresas para vários serviços de utilidade pública, ou serviços públicos, nota-se que a voragem do Governo, em aumentar as tarifas, é tão somente abusiva. E o que é pior, o serviço de atendimento público não chega sequer até um mínimo de atenção para com os contribuintes, para com os usuários.

Sr. Presidente, nada justifica aumentos absurdos como esse, e o volume exagerado de devolução de correspondência que temos recebido, inclusive de empresários que moram em vários setores do município da região onde fazemos nossas bases políticas.

Não se pode permitir, Sr. Presidente, aumentos abusivos e o mau atendimento, ao mesmo tempo.

É este o apelo que viemos fazer, roborando o protesto pronunciado pela Federação do Comércio e da Indústria do Paraná; não podemos tolerar que o Governo, mais uma vez, draconianamente, abusivamente, venha operando sem o menor respeito ao contribuinte e ao usuário.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é do conhecimento de todos, presidimos com muita honra, nesta Casa, a Comissão de segurança Pública. E talvez em decorrência disso, recebemos do MM. Juiz de Direito João Luiz Manassés de Albuquerque, da Comarca de Cascavel, o relatório conclusivo do inquérito policial instaurado para apurar as causas da morte do jornalista Antônio Heleno.

Talvez pelo fato de que este Deputado outrora ocupara as funções de Delegado de Polícia de carreira, deste Estado, é que nos causou estranheza a leitura do referido relatório. Porque entendemos que um relatório de inquérito policial, de um processo investigatório, é a síntese conclusiva de tudo o que foi constatado, de tudo o que foi feito, das pessoas ouvidas, quer como depoentes, quer como declarantes, dos indiciados, dos supostos, enfim, das perícias procedidas; de todas as medidas tomadas e adotadas pela autoridade que preside esse feito, esse procedimento investigatório.

E talvez, em decorrência disso, é que estranhemos os termos desse relatório sobre o inquérito instaurado na Comarca de Cascavel.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estou surpreso pelo fato de que esse caso de Cascavel, sem medo de errar, para mim foi, nesses últimos vinte anos, o caso de maior repercussão nacional e até internacional.

Não sei se porque a vítima era jornalista, não sei se porque os indiciados ocupam cargos e posições importantes, mas a verdade é que este caso de Cascavel ganhou dimensões das mais impressionantes possíveis. E pelo fato de termos presenciado algumas, inúmeras vezes, o Delegado especial concedendo entrevistas à televisão, ao rádio e a jornais, dando a sua versão.

Ele que presidia as investigações a respeito desse fato, em quase todas as oportunidades, deixou claro, deixou patente, e também esta posição foi adotada pelo Diretor da Polícia Civil, que é um Promotor de Justiça da Capital, que o Prefeito de Cascavel, Jacy Scanagata, contra o qual nada tenho, pois nem o conheço, estava envolvido neste episódio.

Agora, o interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o documento, o relatório conclusivo, que é o corolário das investigações, dos trabalhos investigatórios, que deveria trazer uma narrativa, vamos assim dizer, clara, objetiva, verídica dos fatos, do que foi feito, esse relatório, em momento algum, toca no nome do S. Jacy Scanagata, e eu pediria permissão para proceder à leitura, porque é um relatório tão simples, que inclusive tem uma página e pouco menos de meia página.

Então, não entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se num inquérito como esse, num caso como esse, que sei que inúmeras pessoas foram ouvidas, acareações foram procedidas e o relatório vem com uma página magra, sem nenhum esclarecimento; e pediria permissão, Sr. Presidente, dado o tamanho do relatório, para proceder sua leitura, para que os nobres Colegas de bancada, aqueles que não tomaram conhecimento dos seus termos, passem a conhecê-lo. — (Lê):

"MM. Dr. Juiz de Direito:

Das investigações carreadas ao bojo dos presentes autos de inquérito policial, conclui-se que, efetivamente, houve uma trama sórdida pelo conluio entre o sargento Arthur de Oliveira, da Polícia Militar do Estado, e ex-carcereiro da Cadeia Pública local, Júlio Telles de Moura e Euclides da Rocha, vulgo "bigode branco", como intermediários na morte do jornalista

Antônio Heleno Rodrigues dos Santos, cuja execução ficou a cargo dos "pistoleiros de aluguel" José Salles Leite, vulgo "Carlinhos" e Walter Azevedo, vulgo "Polaquinho", fato ocorrido por volta das 03:00 horas, na Rua General Osório, ao lado da Igreja Matriz, desta cidade, no dia 14 do fluente.

Os acusados em suas declarações iniciais, negaram qualquer participação no fato delituoso, todavia, após a constatação da existência do veículo Fiat, cor verde, de Euclides da Rocha, nesta cidade, na data do crime, com outros indivíduos, bem evidenciou o começo da verdade que, finalmente foi asseverada pelos acusados já custodiados preventivamente, Júlio e Euclides, não obstante a negativa do sargento Arthur, resulta comprovada sua participação, pela acolhida desses dois em sua residência, pelas suas seguidas viagens às cidades de Maringá e Londrina, onde conversou com autoridades policiais, a respeito do crime, procedeu investigações particulares no sentido de obter dados contra a vítima, jantou num restaurante chinês, em Londrina e propôs o pagamento da despesa porque a Prefeitura pagava, conforme foi presenciado pelos agentes de segurança Michel Lawder e Moacir Bora, do C.O.P.E., os quais na ocasião acompanhavam o bacharel Durval Simões, inclusive, após o jantar se dirigiram ao Hotel Coroados, naquela cidade, tendo o referido militar efetuado uma ligação telefônica para o Deputado Davi, solicitando a substituição desta autoridade, nestas investigações. Convém frisar que, as viagens do sargento Arthur, seriam para submeter-se a exames médicos, tão somente, consoante afirmou em suas primeiras declarações e intensificadas outras diligências investigatórias relativas às viagens, conversas afirmativas e telefonemas desse militar.

Quanto aos elementos Salles e Walter, na verdade se comprova a existência de ambos, o conhecimento das sanhas criminosas dos mesmos. Na viagem a esta cidade, na ocasião do crime, utilizando-se do Fiat verde de Euclides, as reuniões destes com Júlio e Euclides, presenciadas por outras pessoas, bem como a existência de armas em poder dos mesmos, com idênticas características dos descritos, anteriormente, como as usadas para o crime.

MM. Juiz, como se evidencia, os fatos vem se comprovando numa ordem progressiva, embora seja necessário em lapso de tempo mais extenso para a conclusão investigatória, a oportunidade enseja o requerimento a Vossa Excelência, no sentido de ser decretada a custódia preventiva do sargento Arthur de Oliveira, no sentido de evitar sua influência junto à colheita das provas documentais e instrumentais, conquanto seu recolhimento ao quartel de sua Corporação, é ato proveniente de disciplina militar.

Requeiro, ainda, as custódias preventivas dos indiciados José Salles Leite, vulgo "Carlinhos" e Walter Azevedo, vulgo "Polaquinho", com fundamento nos artigos 311 e seguidos do Código de Processo Penal.

O senhor escrivão, com as formalidades de praxe, faça remessa dos presentes autos ao MM. Dr. Juiz de Direito da 2a. Vara Criminal desta Comarca.

O Delegado de Polícia Especial

(a) Bel. Raimundo Nonato de Siqueira

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa concede a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde, para comunicar que recebemos do Sr. Secretário do Interior, expediente nos comunicando que a respeito de nossa solicitação aprovada por esta Casa, de que pleiteávamos na época melhores sinais de TV para a Região do Norte Pioneiro, e aquele Secretário nos comunica que após gestões junto à TELEPAR a mesma realizou concorrência para aluguel de rota de micro-ondas para aquela região, com demodulação de sinal em Cornélio Procopio, Jacarezinho e Wenceslau

Braz.

A licitação a respeito foi vencida pelo Canal 8, TV Cultura de Maringá, a qual está adquirindo equipamentos para retransmissão de sua programação e que está prevista para, no final deste exercício ou ainda na pior das hipóteses para o início de 1.980.

Em vista disso, vimos agradecer ao Secretário Renato Johnson, também a RADIPAR que vem procurando assim mostrar os seus serviços para o bem da coletividade paranaense e deixar patente o registrado, nesta Casa, os nossos agradecimentos do povo do Norte Pioneiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retornando à tribuna desta Casa de Leis, nesta oportunidade queremos fazer uma análise do projeto que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde se refere a reformulação partidária política do nosso País. (Lê):

"A realidade social é mais forte do que os esquemas, que os cientistas sociais e os políticos possam elaborar. Quando muito, os técnicos e os estrategistas políticos apreendem determinadas situações, a posição econômica e social de uma área ou comunidade. Dificilmente conseguem tomar o movimento, o dinamismo social que ocorre, alimentado pelos interesses e aspirações da comunidade.

De qualquer forma, é ao político que essa realidade dinâmica se apresenta mais viva. Especialmente ao político que atende diretamente aos grupos sociais, em sua própria localidade. O político não se basta a si mesmo; e por isso deve ouvir seus eleitores, seus correligionários; toda a comunidade através de suas lideranças.

O político socorre-se também dos pesquisadores que investigam a realidade social, abalisam os problemas e situações; e apóia-se nos estudiosos da formação e desenvolvimento social, econômico e político de uma região, de um Estado.

Ao longo desses anos, em que as modificações econômicas, sociais e políticas estiveram sob a orientação das elites, bastava ao político orientar-se pelos reclamos superficiais da coletividade e apresentar-se como intermediário entre o povo sequioso de infra-estrutura social e assistência social e os escalões superiores do Governo, que tinham o exclusivo poder da decisão.

Nesse período da vida brasileira, o político era muito mais um agente de Governo, coletando pedidos e requerimentos da coletividade e levando respostas sobre as programações de Governo do que um representante designado pela comunidade para postular, debater, insistir sobre obras e bens sociais necessários.

Depois de muitos sucessos e insucessos no campo econômico e social, eis que a política e as instituições representativas do povo passaram ao centro de todas as referências a respeito da sociedade. Todos compreendem que ali está a decisiva questão política da autodeterminação e autogestão, necessária e imprescindível a qualquer sociedade moderna.

O Governo da sociedade não era compartilhado pela sociedade civil em seu todo. Apenas alguns setores dessa sociedade constituíam o plenário de consulta; e grupos de tecnoburocratas civis e militares se encarregavam de elaborar a estratégia, a logística e a tática para o desenvolvimento brasileiro.

E porque, para o bem e para o mal, as representações populares não tinham sequer o político de base para exercer o papel que lhe cabe em qualquer sistema econômico-social moderno, as distorções chegaram ao ponto de comprometer o desenvolvimento, transformado apenas em crescimento econômico com graves concentrações de bens e riquezas.

Cessadas as razões históricas e sociais para essa intervenção das elites na organização e direção política da sociedade bra-

sileira, agravada a situação econômica e social, elevado o clamor popular por mudanças, eis-nos agora frente a um conjunto de desafios muito difíceis. E para enfrentar esses desafios não basta o otimismo, como não é suficiente o pessimismo.

De uma coisa todos estamos cientes: não é mais possível continuar como nos últimos quatro lustros. O populismo incentivador das reivindicações sociais, para manipulá-las irresponsavelmente na conquista do poder; o autoritarismo elitista, que acabou levando a economia e a sociedade a distorções tão graves que muitas pessoas reputadas temem pelo presente e pelo futuro.

E é nesse quadro da ansiedade e contradições que nos voltamos a ocupar o lugar que é nosso de direito: A representação comunitária e popular.

Já é possível compreender que a linha vinda das manifestações da coletividade nem sempre conflui para aquela elaborada pelos restos da autocracia ilustrada. Já é possível compreender em extensão e profundidade a incapacidade e incompetência do autoritarismo ilustrado para determinar os objetivos e a forma das modificações que a sociedade brasileira está a exigir.

A falência da autocracia pode ser confundida com a falência das elites. Elites, no sentido de pessoas preparadas por e para a atividade político-representativa. Se o povo, enfim, desacreditar inteiramente o "sistema", viveremos as escaramuças ditadas pelo movimento social, até que a situação degenere no que o Deputado Federal Magalhães Pinto apontou como desobediência civil e rebeldia civil, nos fatos da rebelião popular.

Todos nós aprendemos alguma coisa nestes últimos meses. Já agora não se pode falar em bipartidarismo, nem em monolitismo da estratégia de Governo.

Aí estão denunciadas as sinopses, a ação da cúpula intermediária do partido do Governo. Aí estão sendo questionadas as direções dos dois partidos, no aspecto de que não mais representam as bases e precisam, quando menos, mudar de estilo.

Formam-se correntes dentro dos dois partidos que representam a camisa de força eleitoral do povo brasileiro. O sistema provisório deste período que chega ao fim, também chega ao fim.

Dentro do partido do Governo, muitas personalidades clamam por um partido de homens conscientes desobrigados de dizer "amém, sim senhor". Se admitem que muitos alinhamentos adotados nos últimos anos foram necessários e até desejados, não pretendem continuar dando apoio cego a uma tecnoburocracia e a uma oligarquia de poder, que dita ordens de cima.

Por mais que os estrategistas do Governo desejem manipular posições para forçar a continuidade de um partido único de Governo, o que podem fazer é engrossar a oposição. Sem outros canais que expressem os desejos da sociedade brasileira, com independência e dedicação ao eleitorado que os escolhe, os políticos que, até, filosoficamente, concordam com os objetivos nacionais e as metas de Governo, estarão na contingência de formular suas próprias alternativas programatórias.

Aqui mesmo, nesta Casa, já se sondaram as posições entre os Deputados e se verifica que coexistem, pelo menos, quatro tendências - duas em cada área - de Situação e Oposição.

O Líder de meu partido, ao saudar a ex-Deputada Ivete Vargas, disse que a maioria de nós pensa: "A política que será doravante a atividade consciente, com independência e de fidelidade apenas a programas".

Isso no que diz respeito à ARENA, aos quadros que hoje integram a ARENA. No que se refere ao MDB, sem querer intervir em seara alheia, constato que existem duas tendências que já se tornaram públicas: a de manutenção do MDB com algumas modificações, e a que já se comprometeu com o trabalhismo.

Não sei se os conteúdos são discrepantes no fundamental, entre essas tendências novas, em relação aos partidos de origem. Mas, com certeza, se pode afirmar que, em alguns aspectos, o estilo e o modo de fazer política também definem os homens.

Embora todos saibamos que os problemas econômicos

e sociais estão afluindo no Paraná e no Brasil, a reformulação partidária deve merecer destaque no rol de nossas preocupações com o homem e...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Com muito orgulho, concedo um aparte ao nobre Líder Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Não queria, absolutamente, interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

Todavia, fui quase que convocado ao ser mencionado por Vossa Excelência, por ocasião da saudação que fiz à ex-Deputada Ivete Vargas, que, com outros trabalhistas convictos e sinceros, estão numa verdadeira maratona pelo País, tentando reorganizar o extinto PTB.

Naquela oportunidade, é evidente que não podia falar em nome da bancada, como bem frisei, porque a bancada compõe-se de 34 Srs. Deputados, todos líderes em suas comunidades, tanto que aqui chegaram com uma votação expressiva, que são homens realmente conscientes de suas obrigações, de seus deveres, e também de suas prerrogativas parlamentares.

Então, não podia falar, absolutamente, em nome da ARENA.

Mas, em meu nome pessoal, saudei aqueles eminentes patrícios com muita satisfação. Porque não aceito, como Vossa Excelência leva a crer pelo seu pronunciamento, não aceito a cangalha; não aceito pertencer a um único partido; não aceito dizer sempre amém aos erros do Governo, como também não aceito pertencer a partido radical de esquerda, aqueles que querem incendiar este País.

Reconheço os erros dos governos revolucionários, mas, há em seu crédito, inúmeros benefícios prestados à Nação brasileira.

Então, hoje, porque a Revolução, ao nosso ver, chegou ao fim, porque todos os segmentos da sociedade estão clamando por uma reformulação política, na vida do País, não é que vamos colocar a Revolução num pelourinho. Absolutamente.

Mas, o que não podemos aceitar mais é que os "Mallufs", os "Antônio Carlos Magalhães", deste Brasil inteiro, venham nos impingir a cangalha de um partido único, onde tenhamos de dizer "amém" a erros e desmandos de tecnocratas que infelicitaram esta Nação. Absolutamente. Acho que Vossa Excelência está certo. E todos os homens da ARENA devem dizer ao Presidente da República, ou aos seus Representantes, que nós também queremos apoiar o seu Governo, nas coisas boas, nas medidas que visem o benefício do povo brasileiro e da própria Nação. Mas, queremos ter a liberdade suficiente de desnudar os desmandos, os erros que têm assolado esta Nação.

Não aceitamos jamais que perdue a atual situação no campo econômico, onde estamos escravizados pelas companhias transacionais, onde existe uma Lei de Remessa de Lucros que é uma aberração que vem sufocando a economia da Nação.

Lamentavelmente, estas grandes organizações têm advogados, advogados solertes e poderosos dentro das próprias fileiras do Governo. É isso que precisamos mudar.

O povo brasileiro quer democracia, quer liberdade, quer democracia consentida não, quer democracia plena.

O povo brasileiro não é de extremismo de esquerda, nem de direita.

O povo brasileiro só quer uma coisa: trabalhar em paz, ser feliz. Porque esta é uma Nação abençoada por Deus. Maus Governos aí estão transformando quase que num País inviável.

Chegou o instante dos homens conscientes deste País reagirem contra as pressões dos Srs. "Portellas", dos "Mallufs", dos "Sarneys", que pretendem votar cangalha nos homens independentes deste País.

Agradeço a Vossa Excelência.

(Palmas. Muito bem!).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Com muita satisfação, agradeço o aparte do meu Líder, do Líder de nosso partido,

Casa de Leis, que muito bem se expressou em aparte, neste momento.

Muito bem e inteligentemente, o Governador Ney Braga agiu ao escolher Vossa Excelência para ser seu Líder do Governo, nesta Casa.

Sua Excelência estava consciente que estava legando esse cargo a uma pessoa altamente fiel aos princípios democráticos de nosso País.

O Sr. Erondy Silvério — Obrigado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — A Sociedade brasileira, assim, convoco os nobres Parlamentares desta Casa, para uma troca de idéias, sem paixões incontroladas, sobre as novas realidades e as tendências que aqui se vão formando.

Considero, até muito mais real, mais profundo e inevitável, que se discutam essas tendências como futuros alinhamentos programáticos, do que as medidas artificiais, as propostas-tampão que se articulam de cima para baixo.

Nenhum de nós desconhece, num País como o nosso, o verticalismo, as decisões centralizadas e sua força de persuasão. Pois foi por desconhecermos a sociedade autoritária que existe nas relações sociais que acabamos perdendo o controle político capaz de manter e assegurar uma sociedade democrática. Neste processo de retorno, é bom que nunca mais esqueçamos que uma sociedade em que o trabalho e a população obreira têm tão pouca autonomia, a centralização político-administrativa é um fator fundamental no processo de institucionalização.

Entretanto, algumas mudanças estão ocorrendo. E as manifestações populares que espoucam em várias partes nos mostram que também a respeito das aspirações populares e sua expressão alguma coisa está mudando neste País.

Tenho o propósito de colocar aqui uma sugestão ao diálogo, no plenário e fora dele, sobre o que mais convém à vida social brasileira. Creio que já não somos a Assembléia Provincial, acanhada e medida por pequenos problemas.

Temos tido alguns debates políticos que estão honrando este Legislativo. E creio que, se por vezes nos pareceram despropositados, agora são muito oportunos. Pois discutir essas questões é tratar da própria forma como estamos empenhados em bem representar o povo e alargar nossas vistas para a amplitude dos problemas nacionais.

Agora ou muito breve chegaremos a um ponto em que todas as correntes de pensamento, todos os interesses sociais e econômicos deverão ter voz e voto da representação político-institucional. Que se organizem, de baixo para cima, todas as forças que atuam na sociedade brasileira.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Com muito prazer concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. João Mansur — Nobre Deputado Tércio Albuquerque.

Inicialmente queria cumprimentar Vossa Excelência, pela coragem que teve de abordar um assunto de tanta importância no momento atual.

Vossa Excelência que, pelo seu trabalho, pela sua inteligência, representa uma das esperanças deste Parlamento de Estado do Paraná. O nobre Líder da nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, através de um feliz aparte a Vossa Excelência, tenho certeza, sintetizou o pensamento e a vontade da maioria dos Deputados que integram o nosso partido com assento na Assembléia Legislativa.

Mas, nobre Deputado Tércio Albuquerque, mais uma vez pretende-se impor a criação de novos partidos de cima para baixo, partidos que no meu entender fadados ao insucesso, porque o consenso que apregoam ao Presidente do nosso Partido, Presidente Nacional do nosso partido não passa de uma farsa, é o mesmo consenso que foi afeito anos atrás por Rondon Pacheco e Petrônio Portella, consenso de portas fechadas onde não ouviram as verdadeiras lideranças, os verdadeiros líderes, aqueles que percorrem os carreadores do nosso Estado,

os Vereadores, os Prefeitos e os Deputados Estaduais, de modo que quero congratular-me com Vossa Excelência e quero protestar contra a injustiça que se comete hoje com o pretexto de servir para se eliminar esses dois partidos, a ARENA e o MDB, pretexto de que eles já cumpriram com a sua missão e olha nobre Deputado Tércio Albuquerque, partido nenhum esgota a sua capacidade de trabalho em favor das causas populares, desde que esses partidos sejam independentes e estejam fortemente estruturados.

O que nós precisamos é de partidos independentes que possam falar em nome do povo, das causas justas, das causas populares. Por isso, quero cumprimentá-lo neste instante, para que Vossa Excelência nesta caminhada a fim de que esta Assembléia se levante e que o Paraná grite no sentido de sensibilizar as autoridades maiores e verificarem o erro que estão cometendo, pretendendo afunilar este grande contingente de homens que nada mais querem do que ajudar o Governo ajudando o Brasil, mas que querem acima de tudo, ter o direito de escolher o seu caminho, de escolher o seu partido, e de escolher o meio de comunicação que lhe possa fazer chegar às reivindicações populares até as autoridades constituídas.

Vossa Excelência nesta tarde, talvez uma das tardes mais felizes inspirado, traz este assunto tão importante a todos nós Deputados que integramos a representação popular na Assembléia do Paraná. Receba pois o nosso aplauso e conte com a nossa solidariedade.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Deputado João Mansur, lembro-me como hoje, eu era Vereador no Município de Foz do Iguaçu, Presidente do Legislativo Municipal. Vossa Excelência era o Deputado que representava a minha cidade nesta Casa de Leis. Coincidentemente Vossa Excelência assumia o Governo do Estado interinamente e este Deputado que vos fala assumia a Prefeitura de Foz do Iguaçu, também interinamente.

Fui recebido por Vossa Excelência no Governo do Estado, trazendo reivindicações concretas em benefício da população do meu município e pela sua sensibilidade política e a sua honradez de homem público, levava ao meu município tudo aquilo que reivindiquei do seu governo.

Os meus agradecimentos, meu caro Deputado João Mansur.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado, Vossa Excelência registra hoje, nesta Casa, e acredito seja um dos primeiros a fazê-lo, uma voz de queixa, uma voz de angústia, que no Partido da Oposição foi presente, foi constante, foi permanente nestes últimos doze anos. Vossa Excelência, nos dois apartes que se registraram, foram unânimes em se voltarem contra a permanência desse estado de coisas, que não permite a livre manifestação da sociedade civil, de todas as classes e categorias sociais do Brasil, como uma sociedade pluralista.

Fala-se hoje em reformulação partidária e é o tema do discurso que Vossa Excelência aborda e quero entender, aborda criticando essa reformulação porque ela se fará de cima para baixo e de maneira artificial.

É o clamor da situação contra a própria situação. De nossa parte, que formamos a Oposição, também estamos clamando contra a continuidade da prepotência, do arbítrio, e porque não dizer da incapacidade. Ouvimos nesta tarde serem ditos expressões de que apoiam o Governo quando ele estiver certo, mas de que se não admite a cangalha para trilhar errado, quando as coisas erradas tentam ser impostas.

De nossa parte o MDB saiu até das fronteiras do Brasil, indo no Congresso dos Paramentos Mundiais, em Caracas, denunciar este fato por demais desastroso para a história brasileira e se concretiza com a extinção do MDB. É imoral que a situação desarticule e extinga com a Oposição, porque não encontra dimensão ética nenhuma em tal medida. O MDB

defende em seu programa o pluripartidarismo. Não somos contra a criação de novas legendas e temos a certeza que isso representa, na criação de novas legendas, uma defasagem em nossos quadros partidários. Mas não pode o Governo, não podem os que estão no Poder simplesmente por deterem uma eventual maioria, que agora se percebe uma maioria forçada, simplesmente extingüírem com os atuais partidos. Que se criem novas agremiações; que se dê liberdade para que os homens se agrupem em torno das idéias que eles acreditam compatibilizadas com a sua ação política; e só assim, efetivamente, se estará fazendo uma reformulação partidária.

Enfim, nos incorporamos ao discurso de Vossa Excelência, para clamar contra o que se nos afigura como velho expediente do fato consumado; para clamar junto com Vossa Excelência que a reformulação na base em que está sendo feita, nada mais significa do que a continuidade do sistema maniqueísta que aí está. Do ser a favor e do ser contra.

Portanto, Deputado Tércio Albuquerque, aceite as congratulações em meu nome pessoal, acredito elas se estendem a um grande número e talvez à unanimidade de minha bancada.

Mas, receba Vossa Excelência os cumprimentos, por ter, nesta tarde, de maneira corajosa, feito um "check-up" da situação e por ter posto a posição pessoal de Vossa Excelência em discordância com o que está para acontecer. Porque, acontecendo como se delineia, lamentavelmente teremos mais um retrocesso e não uma conquista.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Meu caro Deputado Nilso Squarezi, agradeço sinceramente as suas palavras de apoio ao nosso simples pronunciamento.

E digo a Vossa Excelência que, nas épocas eleitorais, as nossas divergências são lançadas. Quando discordamos de projetos, de programas e de ideologias, entretanto nesta Casa estamos todos unidos, quando os propósitos são em benefício da comunidade brasileira.

Meus agradecimentos pelo aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado, o Oeste do Paraná sente-se neste instante, com certeza, orgulhoso de ver que da sua extremidade, o Deputado Tércio Albuquerque vem marcar uma posição nesta Casa, neste momento sério, importantíssimo e talvez definitivo, para o futuro de nossa Pátria.

Uma posição de respeito a princípios também tão sérios, universais e que não podem estar ao bel-prazer de alguns poucos, que buscam nos seus laboratórios palacianos, centralizar e coordenar as decisões que são, por certo, e pela própria natureza, única e exclusivamente de orientação de todo o povo.

Por isso, nos parabelizamos pela sua posição, porque o casuísmo está aí, manifestado na reformulação partidária; o casuísmo, ilustre Deputado, virá em seguida, com novas medidas, porque a bionocracia se fez sentir em toda a Pátria, e gostaríamos de tê-lo novamente no Tribunal, expondo a sua posição, quando aí vier o voto distrital, quando aí vier a prorrogação de mandatos, todos expedientes casuísticos cujos propósitos escusos merecem e estão a merecer a manifestação contrária de toda Nação brasileira.

Fico então, para não me entender muito num cumprimento sério, porque hoje, através do seu pronunciamento, por ser um dos componentes da bancada da Situação, de extremo valor esta posição, porque se está rompendo também mais um elo na gigantesca e vergonhosa corrente presa ao tornozelo da comunidade brasileira e somente através de posições que venham a romper até com ousadia esta situação, que nós definitivamente haveremos de romper com outros elos que formam esta corrente, que procura prender a comunidade brasileira aos interesses de uma cúpula que é só de alguns.

Tomara, ilustre Deputado, que as manifestações de Vossa Excelência e dos que o apartearam nesse pronunciamento, tenham eco lá no Planalto, para que, mais do que nunca, se tenha

a convicção que o povo quer ter voz, e acima de tudo, quer ter vez neste País.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte inteligente do nobre Deputado e companheiro da região, Nilton Friedrich.

O Sr. Fidélcio Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — ... e digo a Vossa Excelência, que os meus propósitos são, desde o início de quando entrei nessa Casa, por igual, e hoje, revendo todos os pronunciamentos que aqui fiz, não mudei em nenhum momento sequer a minha linha de pensamento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Fidélcio Tolentino, companheiro também de região.

O Sr. Fidélcio Tolentino — Nobre Deputado Tércio Albuquerque. Confesso que tive, a princípio, uma estranha surpresa, ao ver Vossa Excelência se posicionar por antecipação, como que um ato de rebeldia às imposições que o Planalto está maquinando nos seus laboratórios, para prosseguir uma reformulação que só interessa a quem governa, para impingir à Nação brasileira uma postura que não vem de encontro com os interesses da sociedade civil, e muito menos, com os interesses nacionais.

É por esta razão que me surpreendi com a colocação de Vossa Excelência, e me adianto em cumprimentá-lo, porque é uma atitude corajosa e independente, que me parece ser solapada por Vossa Excelência dessa tribuna, adiantando-se, inclusive, ao processo de alteração dos Partidos políticos no País.

Ufano-me até de dizer que nos parece que esta Legislatura, sem nenhuma apreciação aos demais polos e Regiões do Estado do Paraná, mas sobretudo ao Oeste do Paraná, nos parece que, excluindo a minha pessoa, nos parece que a grande parcela de representatividade daquele povo, está-se fazendo ouvir aqui neste Parlamento, e principalmente em Foz do Iguaçu, que nasceu agora, de uma revolução social causada, quem sabe, por Itaipu, e que acode Vossa Excelência agora no pensamento de vir formular com independência, caminhos novos para os partidos políticos que sejam realmente aspiração filosófica e ideológica, que devem surgir das bases que são a sustentação da Nação, em todos seus postulados.

É exatamente por isso, Deputado, que me congratulo e parabeno com Vossa Excelência, da coragem que tem de dizer o que os partidos precisam, é o que entendi, precisam nascer de suas bases, de trabalhadores, das parcelas consideráveis da sociedade civil brasileira.

É neste ponto que entendo, que partido político há de ser aquela aglomeração, aquela soma de pensamentos e de correntes, de pensamentos da sociedade, que representem, efetivamente, essa sociedade.

É exatamente o que nos parece não estar fazendo o Governo. Vem de cima para baixo, e aí estão pronunciamentos de Sarney, de Marchesan, de Passarinho. É exatamente neste ponto que os políticos deste País precisam oferecer, com independência, uma posição corajosa, adequada, para que a sociedade civil brasileira volte a ter confiança na classe política.

Porque, já urge tempos novos, já é necessário que nós todos tenhamos, no mínimo, Sr. Deputado, a coragem de dizer "chega" às imposições.

Parabéns, obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Este pronunciamento, nesta tarde, é o terceiro que faço no Grande Expediente. E por coincidência muito feliz, é a terceira vez que Vossa Excelência me aparteia, caro Deputado Fidélcio Tolentino.

Vossa Excelência, nobre Deputado, representa o pensamento de nossa região, o pensamento da Oposição nesta Casa. E muitas vezes, apoiando o Governo em seus propósitos sérios,

em benefício da comunidade brasileira,

Muito obrigado, caro Companheiro.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur, no horário reservado à ARENA.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ontem, assistimos, com entusiasmo, o brilhante pronunciamento do nobre Deputado Jurandir Messias, quando abordou, com muita felicidade, o problema da erva-mate, os seus aspectos, e o que ela representa para a economia paranaense.

Mas, se ontem o fizemos com entusiasmo, se antes de ontem acompanhávamos o entusiasmo do Deputado Túlio Zanchet um dos grandes entusiastas do florestamento da erva-mate, no Sudoeste paranaense, hoje, assumimos esta tribuna, já não com o mesmo entusiasmo, para denunciar o primeiro golpe que se dá à economia ervateira do Estado do Paraná. (Lê):

“Venho relatar a esta Casa a grave e justificada preocupação que aflige a categoria econômica ervateira deste Estado, principalmente pequenos produtores que já se sacrificam, por pouca recompensa, à extração da erva-mate.

Sofre o pequeno sitiante, perdem viabilidade empresas, como consequência de uma determinação ministerial, cujos propósitos não alcançamos entender, mas cujos efeitos já sentimos serem danosos.

O Diário Oficial da União do último dia 05, publicou Portaria número 700, do Sr. Ministro da Fazenda, retirando benefícios fiscais para a exportação do produto erva-mate cancheada.

Sabemos nós, Srs. Deputados, que o País empenha todos os seus esforços em ampliar o aporte de divisas estrangeiras para equilibrar a balança de pagamentos, fazendo das vendas ao exterior, muleta capaz de amparar-nos deste aleijão chamado conta do petróleo.

Com esse objetivo, têm-se estimulado exportações através de incentivos fiscais e creditícios, numa tendência crescente, abrangendo cada vez maior volume de produtos. Chegando-se até a denunciar uma injustiça: enquanto se confisca das exportações agrícolas, como acontece com o café e com a soja, dá-se benesses à exportação de produtos industrializados. Comentou o jornalista Joelmir Betting, recentemente, que os favores concedidos às exportações de manufaturados, geralmente por fatura de empresas transnacionais, estão na verdade sendo pagos com dinheiro subtraído da lavoura.

Aí está porque causam estranheza providências como esta Portaria 700, do Ministério da Agricultura. Veio tirar estímulo fiscal à exportação de um produto agrícola de beneficiamento primário e de produção extrativa. Equivale dizer: a erva-mate não exportada, ou sem mercado interno, ou não dotada de preço compensativo de corte, apodrece no erval ou na mata. Dela se beneficiam apenas os insetos.

Vejo na região em que mais convivo, o Centro-Sul do Paraná, uma região de tradição ervateira e hoje dependente ainda dessa economia primária, um grande desalento.

Intermediários compradores de erva-mate estão exibindo aos pequenos produtores xerocópias da Portaria Ministerial, para justificar os baixos preços que oferecem. A saída do mercado comprador dos exportadores de cancheada — dizem eles — provocará um excesso de oferta que justifica uma queda nos preços ao produtor.

Pergunto: por que desestimular as exportações de erva-mate cancheada? E não encontro resposta, Srs. Deputados. Vejo, como únicos possíveis favorecidos, os poucos detentores das indústrias de beneficiamento em escala. Mas vejo, também, como paranaense e brasileiro, que os interesses desses grupos jamais podem sobrepor-se às necessidades do produtor pobre, muito menos à necessidade que o Brasil enfrenta de levantar recursos de exportação.

A erva-mate cancheada, explico, é aquela que passa por

um beneficiamento primário, nos barbacuás de boca de mato. O produto final industrializado é o chá-mate, ou a erva de chimarrão, gerado por estruturas industriais mais complexas, quais sejam os moinhos ervateiros.

A exportação de erva-mate cancheada era contemplada com benefícios fiscais, embora tivesse sua venda ao exterior menos incentivos que a venda de erva-mate totalmente industrializada. Entendia-se essa discriminação como natural manifestação de governo, visando emular as vendas do produto em fase final de industrialização.

A exportação da erva-mate cancheada não era contemplada, por exemplo, com os incentivos creditícios constantes da Resolução 515, do Banco Central. Na última decisão do Comitê de Exportação de Erva-mate, os preços mínimos do produto final foram elevados em vinte e sete por cento, cabendo na dotação da erva-mate cancheada, um percentual de aumento bem menor, na ordem de dezessete por cento. É óbvio que se atuava, por leis de mercado, a transformar os comerciantes da erva cancheada em futuros prováveis organizadores de moinhos.

Seria interesse vedar-lhes acesso a essa fase mais evoluida? Não cremos. Se assim fosse, estaríamos identificando interesses imobilistas, cevados num egoísmo anti-patriótico.

Dizer que a exportação de erva-mate cancheada não tem expressão econômica, tampouco é verdade. Para os dez milhões de dólares de erva-mate exportados no primeiro semestre deste ano, quarenta por cento foram de cancheada, ou sejam, quatro milhões de dólares. Empresas paranaenses participaram com noventa por cento dessas vendas ao exterior.

Existe mais um detalhe de comércio internacional a contrapor-se à restrição do Ministério da Fazenda.

Nosso maior importador de erva-mate cancheada é o Uruguai. Por um acordo entre exportadores brasileiros e importadores uruguaios, com conhecimento e apoio de ambos os governos, comprava aquele país quantidades idênticas de erva-mate manufaturada e cancheada, para que não fosse totalmente desativada a indústria ervateira do vizinho País. O uruguai representa sessenta por cento de nosso mercado de erva-mate no exterior. Ou melhor, representava. Não encontrando viabilidade de se abastecer aqui da erva-mate cancheada, irá certamente, no interesse da sua indústria, procurar melhores parceiros e os encontrará acessíveis na Argentina e no Paraguai.

Tudo porque, Srs. Deputados, suprimir os benefícios fiscais para a exportação da erva-mate cancheada constituiu, na verdade, proibir essas vendas. Tirou-se a margem de lucro, e não se poderia esperar que interessasse aos comerciantes do setor, trocar seis por meia dúzia.

As empresas que operam na exportação, embora sacrificadas com intempestiva discriminação, têm porte e capacidade para diversificar as suas atividades.

Mas, que dizer do pequeno produtor? Este ficou à mercê de interesses monopolistas. Ou vende barato, ou deixa apodrecer no pé. Esta é a minha preocupação, como homem do Centro-Sul Paranaense, e tal perspectiva me força a levantar aqui este protesto, na defesa de minha gente.

Em vista do exposto, e contando com o apoio dos nobres Srs. Deputados, requeiro à Casa, ouvida a Mesa, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e representantes do Paraná junto às Casas da Câmara e do Senado Federal, convocando essas autoridades para que examinem o assunto e se empenhem, como é justo e conveniente, em anular, antes que tarde, os efeitos danosos da Portaria 700, do Ministério da Fazenda. E que sejam esses apelos acompanhados de cópia em inteiro teor do nosso pronunciamento, para que possam analisar os argumentos aqui invocados.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado João Mansur, muito me alegra Vossa Excelência também vir à tribuna para abordar o assunto que ontem tivemos a oportunidade de trazer ao conhecimento, principalmente dos dirigentes do governo e dos governantes.

E muito mais me alegra ainda, Deputado João Mansur, quando esse assunto é trazido por Vossa Excelência, conhecedor que é do assunto e do problema, pois é homem que veio a esta Casa por diversas vezes, e principalmente trazido por uma região, talvez uma das maiores produtoras de erva-mate do Paraná, a região de Irati, Rebouças, etc.

Deputado João Mansur, tivemos, e tenho certeza que Vossa Excelência também o terá, a felicidade de receber da imprensa sadia, honesta e coerente, o resultado que recebemos, porque esta mesma imprensa assim entendeu que deveria participar conosco nesta luta que encetamos, e que tenho certeza voltaremos quantas e tantas vezes se fizerem necessárias à tribuna desta Assembléia, a fim de gritarmos, reclamarmos e reivindicarmos à classe ervateira do Estado do Paraná e do Brasil que se vê totalmente esquecida, totalmente desprestigiada pelos órgãos, principalmente financeiros.

Porque Deputado João Mansur, já que não existe mais um incentivo para que se plante, para que se dê novamente condições de voltarmos na época de 1.922, quando o Brasil, o Paraná principalmente, era o maior exportador de erva-mate e a Argentina, o Uruguai e o Paraguai vinham buscar aqui no Brasil este produto, para industrializar em seus países.

E hoje, Deputado, eles não vêm mais, não temos mais incentivos, não temos mais condições de chegar ao nosso produtor de erva-mate e dizer a ele que alguém está dando alguma coisa de real e de palpável para o seu produto.

Penso, Deputado, e tenho certeza que se aqui nós continuarmos a cobrar, continuaremos a nossa luta, provavelmente as autoridades competentes haverão de ler alguma coisa; ou se alguém, pelo menos, disser a eles que estamos aqui a reclamar e a falar em favor de uma classe, para que no dia de amanhã, Vossa Excelência, Deputado João Mansur, volte a esta tribuna e diga: mais alto ainda, que as nossas reclamações foram atendidas, que teve guarida nas esferas do Estado e da Federação.

O SR. JOÃO MANSUR — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Jurandir Messias, e, mais uma vez, cumprimento-o pela belíssima colocação que fez, na tarde de ontem, quando analisou para esta Casa e para o Paraná inteiro, a problemática da erva-mate, o que ela já representou e o que ela representa hoje novamente, na economia do nosso Estado, do nosso País.

E realmente Vossa Excelência, como uma autoridade e que representa diversos municípios produtores de erva-mate, como Pitanga, Ivaí, Cândido de Abreu, e Reserva, tem todas as condições e eu espero contar do meu lado, com Vossa Excelência e com os demais Deputados que se interessam pela economia e pelo desenvolvimento deste Estado, que venham de encontro a esta nossa caminhada em favor da salvação da erva-mate no Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a minha preocupação como homem do Centro-Sul paranaense. E tal perspectiva, aqui invocados”.

Era, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pronunciamento que desejávamos fazer nesta tarde. Alertando as autoridades responsáveis pelos graves riscos que esta portaria 700, por certo trará à economia ervateira do nosso Estado.

O Sr. Túlio Zanchet — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Ouvi atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, e acompanhei também ontem o pronunciamento do Deputado Jurandir Messias.

Tenho acompanhado nesta Casa, os diversos pronunciamentos que Sua Excelência tem feito neste sentido. E sabe Vossa Excelência, que ainda há questão de uns vinte dias, estiveram reunidos os agrônomos do Sudoeste do Estado, na cidade

de Realeza, e um dos pontos mais debatidos, foi justamente o reflorestamento utilizando a erva-mate. Aquela região, como a região que Vossa Excelência representa, a erva é um produto nativo. Mas, com a falta de incentivos e de interesses por parte das autoridades governamentais, esta atividade foi caindo. Foi caindo a ponto de que a arroba da erva-mate pouco valia, Cr\$ 5,00, Cr\$ 6,00 a Cr\$ 8,00, e então foram exterminando os ervais nativos. Posteriormente, com o alto custo do café e a erva-mate sendo um dos produtos que contém elevada quantidade de cafeína e pode perfeitamente substituir este produto às populações menos favorecidas, houveram por bem os técnicos, os homens das nossas regiões, incrementar novamente o desenvolvimento da erva-mate.

Mas, para espanto nosso, depois de estar sendo feito um trabalho nesse sentido, a empresa, e eu ouvi que Vossa Excelência citou e foi um dos motivos da minha interferência, a empresa da qual nós participamos, nestes últimos dois meses, plantou quinhentos mil pés de erva-mate, para dar a sua contribuição ao reincremento desta atividade.

Pergunto a Vossa Excelência, já que assim como a nossa empresa, outras empresas estão fazendo movimento neste sentido, para que esta atividade, no amanhã, se ela hoje não assume importância para aqueles homens de gabinete e que tiram o último incentivo da exportação da erva “cancheada” é porque esta gente eu acho que não entende e nem conhece o que representa o produto para a nossa Nação.

E se não tem, conforme eles mesmos dizem, grande expressão para as exportações, não tem justamente pela falta de interesses dos responsáveis maiores. Mas, se houver interesse, houver incentivo e houver medidas estimulando tanto para o reflorestamento, como medidas de incentivos de exportação nas posições diversas do produto, temos certeza que, no amanhã, será uma das atividades lucrativas do pequeno produtor da nossa região, e ainda mais, o desenvolvimento de reflorestamento da erva-mate, proporcionará um equilíbrio ecológico, para a nossa região, e é uma atividade que pode ser desenvolvida, conforme Vossa Excelência já muito bem disse, neste plenário, com o aproveitamento nas curvas de níveis, o aproveitamento de terrenos mais dobrados, porque nas regiões, principalmente na nossa região do Sudoeste, que temos mais ou menos de trinta a quarenta por cento de áreas mecanizáveis, as demais devem ser utilizadas com outros produtos que tragam rentabilidade para o nosso povo e nossa gente.

E de que maneira fixar o homem e evitar o êxodo? Fixar o homem na sua região, no seu “habitat”, na região rural, se não criarmos condições para que ele, lá, possa sobreviver com sua família, com sua gente toda?

Acho que a erva-mate, os governos devem pensar muito bem, principalmente esses que revogaram aqueles dispositivos que davam um mínimo de incentivo. A todos esses, nós esperamos que, de pronunciamentos como o de Vossa Excelência muitos outros se façam aqui, presentes, e consigamos demover aquelas autoridades, e que boyem os incentivos em cargas muito maiores, para que essa atividade se torne uma realidade dentro do nosso País, e principalmente, de nosso Estado do Paraná.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Túlio Zanchet, aliás, um aparte muito autorizado, porque vem de um homem que está empenhado no reflorestamento de erva-mate no Sudoeste do Paraná, e confesso que, ao tomar conhecimento desta Portaria 700, do Ministério da Fazenda, uma das primeiras pessoas em quem pensei, foi a do nobre Deputado, naquele seu entusiasmo, “há de ser um balde de água fria no entusiasmo do Deputado Túlio Zanchet”; que vem levantando o Sudoeste do Paraná, no sentido de elevar cada vez mais o reflorestamento da erva-mate em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do seu horário.

(Pausa).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.
O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"ABERTURA POLÍTICA"

O Governo atual se propôs a redemocratizar o País e restabelecer o Estado de Direito, comprometeu-se com o povo brasileiro de voltar a retomada Democrática conspurcada durante quinze anos de ditadura, de arbítrio e de prepotência, desde a implantação do Ato Institucional n.º 1, que tentou fechar o regime por vias políticas, já que o Governo saía de uma fragorosa derrota nas eleições diretas em alguns Estados como a Guanabara, Minas Gerais e outros e se via sem ter à suas mãos o Poder controlador da então situação brasileira.

SINAL CONTROLADOR

Mas, o que podemos hoje deduzir, passados seis meses de mandato do atual Governo, é que a tão propalada abertura está vindo, mas com o sinal controlador do poder central, se não vejamos os últimos boletins do Exército, os quais continuam batendo somente em duas teclas: a primeira, afirmando que o Presidente da República teria a disposição de realizar uma "ampla abertura política", e de outro lado as Forças Armadas dispostas a não permitirem que o Governo perca o controle da situação. Muitas afirmações foram feitas nos últimos dias, sobre aqueles que querem fazer mau aproveitamento das liberdades democráticas para revivescência das velhas práticas tumultuárias e irrefletidas, o que levaria ao agravamento dos problemas do País.

VOLTA AO PASSADO UMA JUSTIFICAÇÃO

O que estamos depreendendo é que se quer insinuar que o sofrido povo brasileiro é desordeiro, é dado a badernas, ou ainda, como sempre foi chamado é "agitador", mas o que os detentores do poder não admitem, é que os grandes problemas nacionais não estão sendo devidamente equacionados, gerando dessa forma a revolta do povo, o qual se vê, cada vez mais marginalizado do processo político, econômico e social, desse País que ele constrói com suor e às vezes com o seu próprio sangue.

Que o povo brasileiro necessita urgentemente é ser integrado na vida nacional, lhes sendo assegurado como princípios básicos, a educação, a saúde, a alimentação, enfim, todos os direitos que o homem tem que ter para poder sobreviver com dignidade, principalmente a liberdade em todas as suas formas.

Liberdade que temos em parte, porque anistia-se mas não se anistia. Recebe-se exilados, mas se marginaliza supostos livres existentes em nosso País, anistia-se, enquanto se prende trabalhadores que reivindicam melhores salários, como foi em São Paulo, Rio e Porto Alegre, não se deixa, portanto, que o trabalhador exerça o seu mais legítimo meio de conseguir melhores dias, usando o "direito de greve".

O QUE REIVINDICA O POVO

Nosso povo só tem reivindicado até hoje o mínimo para a sua sobrevivência, tem reivindicado pão, feijão, tem reivindicado educação que realmente atenda seus legítimos interesses e não uma educação elitista, que somente atende uma classe de privilegiados, que representa a "burguesia nacional", reivindica um atendimento melhor à sua saúde, hoje depauperada pela desnutrição constante, devido ao seu salário que além de injusto é marginalizante, e desgasta-se, a todo o momento por uma inflação que há muito grassa em nossa Pátria e que os "milagreiros" do poder não acham solução adequada para o problema. Nossos agricultores reivindicam condições ideais para que possam produzir, pois não viram os resultados do "pacote agrícola", a não ser até aqui a propaganda oficial.

OS GRANDES PROBLEMAS BRASILEIROS

Elegeu-se nessa década como grande problema brasileiro, o Energético, e ele está sendo colocado como causa de toda a derrocada de um sistema econômico falido de há muito. Cria-se programas e programas, e aí está o Pro-álcool como salvador de toda a crise energética vivida hoje em nosso País. Mas, infelizmente já se anuncia a entrega da distribuição dessa fonte de energia às multinacionais. Fala-se também na desestatização do carvão, e aí vemos que vão colocar mais uma fonte de energia nas mãos do capitalismo internacional expoliador.

Mas o que queremos aqui deixar bem claro, é que neste Governo esqueceu-se da meta prioritária em nosso entender, que é o "homem", esse que deve representar o centro de atenções de todos os governos e que infelizmente em nosso País, não encontra o amparo necessário e se marginaliza a todo o instante. Não adiante resolvermos qualquer problema que não vise o homem como prioridade.

REFORMA PARTIDÁRIA

Um clima de verdadeira perplexidade é gerado hoje pela tão falada Reforma Partidária, e se todos acham que ela virá, ninguém se arrisca a prever como ela se dará.

Ela já se iniciou quando do advento do Ato Institucional n.º 1, que liquidou com os partidos políticos então existentes, mas o governo que então pretendia controlar o Congresso, não suportou sua vacilação e veio o Ato Institucional n.º 2, com as cassações de mandatos e as eleições indiretas para governadores e prefeitos das capitais, bem como a nomeação dos de área de segurança nacional, e também, o advento da famigerada sublegenda partidária, que não visava outra coisa se não o continuismo no poder. E foi aí que se criou o Movimento Democrático Brasileiro, com todas as dificuldades imagináveis, com total falta de garantias, pois aqueles que se arriscassem em vir para a oposição então nascente, precisavam cuidar-se a cada passo, pois qualquer iniciativa de se fazer uma oposição autêntica, ou alguma crítica mais severa ao arbítrio, à prepotência, à ditadura, recebiam severas punições revolucionárias. E aí está a principal razão pela qual o bi-partidarismo não funcionava naquela época, pois se de um lado, existiu sempre o servilismo, de outro existia o medo e a insegurança, a não ser com raras exceções.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esses pressupostos são remotos, vejamos o pressuposto atual que faz com que esse Governo ilegítimo, usa para propagar e talvez realizar a tão falada Reforma Partidária.

O MEDO

O medo é o fantasma que os detentores do poder sempre tiveram de perdê-lo para a oposição, pois mesmo modificando a todo o instante as regras do jogo, com diversos pacotes, como eleições indiretas, como senadores biônicos, sempre assistiram o crescimento constante das forças democráticas, que jamais admitiriam o sabujismo, o entreguismo, enfim todas as formas aliatórias em nosso País, e como o povo hoje não mais admitiria outro "pacote", principalmente quando se fala e muito em abertura política, a solução mais cômoda encontrada, é a extinção dos partidos políticos.

Mas, o que sabemos é que querem implodir o Movimento Democrático Brasileiro, para poderem sufocar o único veículo legítimo de oposição em nosso País, e o defensor incontestado das grandes causas populares. Dividirão pensão eles a oposição, e farão um Arenão, que continuará com os mesmos homens - com raras exceções -, servir ao poder a receberem e aceitarem todas as ordens emanadas do Planalto.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se esquecem os homens que detêm o poder, de que não adiantará fazer pura-

ramente novos partidos, sem programa e sem ideologia que atendam realmente os interesses do povo, pois o povo é democrata, é consciente no desenvolvimento histórico de nossa Nação e não deixará que os que detêm o poder traiam a consciência nacional.

Reafirmo hoje, desta tribuna, que é do povo a minha confiança nos democratas autênticos de nosso País, para que essa trama urdida no Planalto não se transforma em realidade, para que nossos filhos não possam sofrer o que já sofremos nesses longos quinze anos de opressão, imposta ao povo pelos que em nome da democracia, somente o enganaram. Que haja reforma partidária com a criação de vários partidos, mas que se respeite a vontade nossa que somos do MDB, decidirmos sobre o nosso destino."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 73/79, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Céu Azul - para consulta sobre a criação do Município de Vera Cruz do Oeste. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 83/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Céu Azul, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de VERA CRUZ DO OESTE.

"— Começa no Rio Xaxim, ponto de encontro da linha Leste Oeste da divisa entre as glebas Rio Quarto e Guairacá, seguindo pela referida linha rumo Leste até seu final, daí segue rumo Norte pela divisa entre as glebas do Rio Quarto e São Francisco até atingir o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce até alcançar a foz da Sanga Barra Funda e por esta acima, até a sua nascente de onde por linha seca e reta alcança a foz do Rio Xaxim até alcançar o ponto de encontro da linha Leste Oeste das glebas Rio Quarto e Guairacá, ponto de partida.

Art. 2.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 84/79, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Assis Chateaubriand, para consulta sobre a criação do Município de Tupãssi. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 84/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Assis Cha-

teaubriand, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de Tupãssi.

"— Começa ao Norte partindo do Rio Alívio, por linha seca divisória das Colônias Peruíbe e Pindorama, atuais glebas Aleixo e Lambari até o Rio Verde ou Boi-Piquá; a Leste pelo Rio Verde ou Boi-Piquá, da divisa das Colônias Peruíbe e Pindorama acima, até a divisa da Colônia Pindorama e Terrenos Lopei; ao Sul, pela divisa da Colônia Pindorama e Terrenos Lopei, do Rio Verde até a divisa da Fazenda Britânia, por esta divisa até o Rio Alívio; a Oeste pelo Rio Alívio, da divisa da Fazenda Britânia abaixo até a divisa das Colônias Peruíbe e Pindorama.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 85/79, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de São João do Ivaí - para consulta à população sobre a criação do Município de Lunardelli. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 85/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de São João do Ivaí, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de Lunardelli:

"— Começa no Rio Ivaí no ponto de encontro da linha Norte da Fazenda Suíça, seguindo pela referida linha rumo Sudoeste até alcançar o Rio Bulha, pelo qual sobe até alcançar a linha Norte da Fazenda Lunardelli, e por este rumo Sudoeste até alcançar o Córrego Mangueirão, e por este acima até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Cata-briga, e por este abaixo até alcançar a linha Sul da Fazenda Lunardelli que faz divisa com o Município de Jardim Alegre, deste ponto segue rumo Nordeste até alcançar o povoado Pouso Alegre, de onde alcança a nascente do Córrego Guaritá, e por este abaixo até sua foz no Rio Ivaí, pelo qual desce até alcançar a linha Norte da Fazenda Suíça, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 86/79, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica do Município de Salto do Lontra. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 86/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Salto do Lontra, a fim de consultar a população sobre a criação do Município de Nova Prata.

"— Começa na foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu e desce até a foz do Rio Cotegipe, subindo por este

até a foz do Rio Borges, subindo por este até a sua nascente de onde segue pelo divisor das águas, fazendo linha de divisas entre os lotes 66A, 67, 70, 71, 72, 77, 75, 76, 60, 66, 104, 78, 105, 78 e 105 da gleba 70 FB, seguindo pelas divisas dos lotes n.ºs 72 e 82 da Gleba FB, cujos lotes ficarão dentro do território de Nova Prata, até alcançar a nascente do Rio Louco e descendo por este até a foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 87/79, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Cascavel, para apreciação da proposta de emancipação do Distrito de Cafelândia.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 87/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Cascavel, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de Cafelândia, com as mesmas divisas:

“— Começa no Rio Melissa, no ponto de encontro da barra do Córrego Ubiratã, de onde sobe até sua nascente, daí segue por linhas secas e sucessivas pelo limite dos lotes n.ºs 188 e 189, da Gleba 10, da Colônia Pindorama, seguindo posteriormente pela divisa entre as Glebas 9 e 10, da Colônia Pindorama até atingir o Córrego Anta Gorda, por este abaixo até encontrar a divisa entre os lotes 50 e 51, da Gleba 8, perímetro “B”, de onde segue pelas divisas entre os lotes 30 e 31, até alcançar a cabeceira do Córrego Bananeiras, por este entre os lotes 66 e 67, da Gleba 8, da Colônia Pindorama, defletido à direita pela divisa dos lotes 145 e 66 e posteriormente, defletindo para a esquerda, pela divisa entre os lotes 145 e 146, da Gleba 8, da Colônia Pindorama, por esta divisa até encontrar a cabeceira do Córrego Bertolino, por este abaixo até encontrar o Rio Jesuítas, por este acima até as divisas entre as Glebas 5 e 6, da Colônia Pindorama, por esta divisa até alcançar o Rio Verde ou Boi-Piquá, por este acima até alcançar a divisa entre as Glebas 5 e 7, da Colônia Pindorama, seguindo por esta divisa em sentido Oeste até alcançar o Arroio Silvestre, pelo qual sobe até alcançar as divisas entre a Colônia Pindorama e Lopei, seguindo pela mesma divisa em sentido Leste até alcançar o Rio Verde e por este acima, até alcançar o Córrego São Pedro e por este acima até a divisa da Chácara 118 e por esta até encontrar a Chácara 114 e por esta em direção Sudeste até o Córrego e por este acima até a divisa da Chácara 63 e 62 e por esta em direção Leste até o Rio Jesuítas e por este abaixo até a divisa da Chácara 42 e 41 e por esta entre a Chácara 42, 41, 43 e 40 até o Arroio Central e por este acima, até a PR-14 e por esta em direção Norte até a estrada dos Pinheiros e por esta até o Rio Melissa e por este abaixo até o Córrego Ubiratã, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/79 - de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública, o “Lar Antônio Carvalho de Oliveira”, com sede e foro na Cidade de São Jorge do Ivaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/79 - de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais — S.O.S.”, com sede na Cidade de campo Mourão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/79 - de autoria do Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública o “Abrigo Santo Antônio de Pádua”, com sede no Município de Sertaneja. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/79 - de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a “Associação Diocesana de Assistência Rural”, com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 113/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Diocesana de Assistência Rural - ADAR, de Maringá, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, - ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE ASSISTÊNCIA RURAL, sediada em Maringá à Rua Camões n.º 267, é uma sociedade civil, de caráter beneficente, sem fins lucrativos, e com duração indeterminada.

- | | | |
|-----|---|-------|
| Tem | como | fins: |
| a) | assistir aos trabalhadores em geral, rurais e urbanos, especialmente os pequenos sitantes, porcenteiros, meeiros, colonos, peões, operários, proporcionando-lhes assistência social, educacional, formação técnica, cívica e moral; | |
| b) | proporcionar cursos de higiene, puericultura, assistência à maternidade, prevenção contra doenças, corte e costura, bordado, economia doméstica, etc; | |
| c) | estimular o cooperativismo e o sindicalismo; | |
| d) | promover cursos de orientação vocacional; | |
| e) | prestar colaboração aos Poderes Públicos em campanhas que visem o aperfeiçoamento educacional e técnico dos trabalhadores. | |

A Associação Diocesana de Assistência Rural encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 113/79

P A R E C E R

- I. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Antônio Facci, objetiva declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE ASSISTÊNCIA RURAL, com sede e foro na Cidade de MARINGÁ.
- II - A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.
- III - Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 118/79 - de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Cruz Machado, lote de terreno que especifica, transcrito sob n.º 15.519, fls. 193, Livro 3P, do Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—
Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 118/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Cruz Machado, o lote de terreno urbano com a área total de 1.233 m² (mil duzentos e trinta e três metros quadrados), n.º 01 (um) da Av. Dr. Pedro de Toledo, limitando de um lado com propriedade de Rodolfo Knieling e de outro, com propriedade de Jorge Pohl e nos fundos com prioridade de Sérgio Savitzki, contendo uma casa de madeira, coberta de taboinhas e mais benfeitorias existentes, cujo imóvel, Título n.º 266, de 14 de maio de 1.945, encontra-se transcrito sob n.º 15.519, fls. 193, do Livro n.º 3P, no Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de imóvel central e por isso, nada mais justo que o Governo Estadual faça esta doação ao Município de Cruz Machado, uma vez que o mesmo necessita do referido terreno para dar ampliação à sua sede administrativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 118/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cruz Machado, o lote de terreno urbano, com área total de 1.233 m² (hum mil, duzentos e trinta e três metros quadrados), n.º 1 (hum) da Av. Dr. Pedro de Toledo, limitando de um lado com propriedade de Rodolfo Knieling e de outro, com propriedade de Jorge Pohl e nos fundos com propriedade de Sérgio Savitzki, contendo uma casa de madeira, coberta de taboinhas e mais benfeitorias existentes, cujo imóvel, Título n.º 266, de 14 de maio de 1.945, encontra-se transcrito sob n.º 15.519, fls. 193, do Livro n.º 3P, no Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

A justificativa que o acompanha nos convence de sua oportunidade e conveniência, e trata-se de um plano de lei meramente autorizatório, ficando na dependência do Chefe do Poder Executivo a sua conversão em lei.

Nestas condições, nada impede a sua tramitação normal

por esta Casa, e o nosso parecer é pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, consubstanciado em pedido de informações a respeito dos pensionistas.— Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (**Pausa**)

A Mesa indaga como votam os Srs. Deputados Ailton Cordeiro e José Domingos. (**Pausa**)

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

A Mesa solicita ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, como vota.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Voto com a Bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) 14 Srs. Deputados o aprovam;

6 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. Nós respeitamos a decisão da Mesa, entretanto a votação desse processo é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — 31 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para votação.

Continua em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado José Tavares que requer envio de expediente ao IPE, solicitando informações a respeito de pensionistas, etc.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia 13 deste mês, nós formulamos um requerimento à Mesa da Assembléia Legislativa, solicitando o envio de expediente ao IPE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Decorridas três ou quatro sessões, recebemos do Líder da bancada do Governo, a informação de que o requerimento seria rejeitado, mas que ele estava com as informações e me entregava pessoalmente.

Inclusive, na oportunidade, agradei a atenção do nobre Deputado Erondy Silvério, e aproveito esta oportunidade para ratificar este agradecimento, mas as informações, Sr. Presidente, elas não me convencem e são para mim insuficientes.

É por esta razão que me permito fazer um apelo aos Deputados que compõem as duas bancadas nesta Casa, para que se sensibilizem com este requerimento que é simples demais, mas que tem um alcance social muito grande.

Tenho em minhas mãos um contra-cheque de uma viúva de um ex-funcionário público que faleceu há seis anos atrás, na Cidade de Londrina, e este funcionário, à época de seu fa-

lecimento, contava com 26 anos de serviço público, e hoje sua esposa recebe Cr\$ 408,00 por mês, a título de pensão de salário do seu marido.

Tive também alguns amigos que faleceram no exercício de sua profissão de policial, inclusive um deles foi meu Delegado Chefe na cidade de Londrina, e morreu quando exercia aquela função e eu era o seu Delegado Adjunto. Pois olhem bem, em decorrência do seu falecimento, sua esposa passou a receber um salário tão ínfimo e tão irrisório, que hoje ela trabalha de zeladora aqui em Curitiba, para poder satisfazer as necessidades básicas de sua família.

E como esses dois exemplos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem centenas de casos semelhantes, de viúvas que hoje lutam com a maior dificuldade, passam as maiores humilhações, como é o caso desta viúva deste ex-Delegado. Afinal de contas, ele era um homem detentor de um diploma de curso universitário, exercia a função de Delegado de uma das maiores cidades do País, que é Londrina, e hoje, em decorrência de seu falecimento, sua esposa se vê humilhada tendo que prestar serviços de zeladora em prédios públicos da capital do Estado.

Tenho também, um outro exemplo, um grande amigo que a Polícia de todo o Paraná conheceu. Era Delegado de Jacarezinho. Esse elemento vinha assumir o cargo de Diretor da Polícia Civil. Morreu na Rodovia do Café, acidentado, quando vinha para cá assumir o seu posto. Pois bem, oito anos depois de sua morte, o requerimento de pensão que a viúva tinha endereçado ao Governo do Paraná, estava arquivado na Corregedoria da Polícia Civil.

Se essa senhora não tivesse amigos, se não fosse membro de uma família que tinha condições para mantê-la, teria passado fome, seus filhos morrido.

Por esses fatos que me sensibilizei a endereçar este requerimento ao IPE, solicitando informações oficiais e exatas para que o Paraná tome conhecimento da realidade da situação dos pensionistas do Estado que se, é a mais dramática possível.

Por isso, Sr. Presidente, que apelo, de coração, à Liderança da Arena nesta Casa.

Difícilmente encaminho requerimento à Mesa; não estamos aqui para brincar com o Poder Legislativo, muito menos com o Executivo.

E se faço isso, é porque sinto na carne, porque fui servidor público, porque minha mãe foi servidora pública e porque tenho grandes amigos no serviço público. E lamentavelmente, quando o funcionário público morre, no exercício da sua função ou fora dele, tenho acompanhado a peregrinação das viúvas para receberem a sua minguada pensão.

O meu objetivo é que esta Casa tome conhecimento da realidade da situação desta classe de servidores que tem sido, ao longo dos anos, esquecida pela administração pública do Paraná.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente. Ouvimos as justificativas do autor do requerimento. E como todos somos seres humanos, também nos sensibilizamos com a dor, o sofrimento e as vicissitudes alheias.

É evidente que todos os Srs. Deputados com assento nesta Casa, sentem o drama dos menos afortunados. Mas é também lógico e todos conhecem, que existe uma legislação. E não será um simples pedido de informações, cujos quesitos foram todos respondidos e entregues ao nobre Deputado José Tavares, que se vá minorar a ridícula situação das pensionistas do Estado. Acho que o caminho terá que ser outro: modificar simplesmente a legislação que rege a matéria, através de apelo à sensibilidade humana do Governador do Estado.

Então, essa colocação que faz o nobre Deputado José

Tavares, não foi aceito, de que um pedido de informações, cujos quesitos nada têm a ver com que Sua Excelência disse aqui, possa modificar pensões recebidas por viúvas ou dependentes de funcionários públicos.

Damos razão ao nobre Deputado José Tavares, entendemos o absurdo de determinadas situações, o absurdo, o ridículo. E estamos dispostos a colaborar, a dar o nosso apoio pessoal a um trabalho que seja feito no sentido da modificação da legislação existente.

Mas, o que não podemos, no exercício da Liderança, é ser passionais, nos deixar pelo coração.

O que temos é que analisar o pedido que a Casa está apreciando. Pedido este que não modificará em nada, mesmo que aprovado por aqui, mesmo que informado oficialmente, pelo Governo, todos esses quesitos, não modificará em nada o "status quo" existente com relação a pensionistas do Estado.

Nestas condições, Sr. Presidente, e por ter já fornecido em mãos, pelo respeito que temos ao nobre Deputado José Tavares, é que contristados, somos obrigados a votar contrariamente ao seu requerimento.

Entretanto, nos colocamos à disposição de Sua Excelência. Daremos nosso apoio pessoal, para uma tentativa de modificação na legislação existente, que é função exclusiva desta Casa, desde que substanciada em Mensagem do Poder Executivo, conforme normas institucionais.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente. Já não é desta legislatura que temos procurado estabelecer uma sistemática de funcionamento legislativo, dando iniciativas a projetos de lei que beneficiem os servidores do Estado. E esta Assembléia presenciou várias reuniões que se fez aqui em comissões, para buscar adequação do Estatuto do Servidor Civil do Estado às necessidades sociais de familiares desses servidores, e houve épocas de grandes conquistas.

Agora, não tenho condições, Sr. Presidente, de aceitar passivamente, a colocação feita pelo eminente Líder do Governo, buscando justificar que o meio adequado haveria de ser a mudança da legislação.

Ora, se propussemos um projeto de lei visando o objetivo a que pretende o eminente Deputado José Tavares, e que muitos Srs. Deputados pretendem nesta Casa, evidentemente que a maioria esmagadora do Partido Governista repelirá por força de dispositivo constitucional, porque está inicialmente inquinado de inconstitucionalidade.

Então, haveríamos de discutir o que, Sr. Presidente? Que o regime do Brasil é ditatorial, e que a Constituição Brasileira não confere legitimidade dos anseios da população brasileira? Estaríamos aqui num "bis in idem" incansável. Durante quinze anos estamos combatendo esta impostura do Governo, e não é possível que tenhamos que ficar adormecidos anestesiados, ouvindo só desejo isolado de alguns Srs. Deputados, e penso até que o eminente Líder teria desejo de alterar a Legislação Social do Estado do Paraná, mas o que não dá, Sr. Presidente, é para ouvir passivamente que esse requerimento sem nenhuma alteração e sem ferir subjetiva ou objetivamente os propósitos do Poder Executivo ou do Sr. Governador do Estado.

O que se pretende, Sr. Presidente, é numa corporificação global dos interesses da população deste Estado, seja ela e principalmente ela, um servidor público, porque nós, Sr. Presidente, Deputados lotados nesta Casa por decisão soberana do Estado do Paraná, dos eleitores do Estado, temos direito inalienável e irremovível de saber quais os propósitos verdadeiros, sérios do Governo, e é exatamente nesta oportunidade que faço um apelo ao Líder do Governo, então que se proponha uma mudança na legislação para beneficiar essas senhoras paupérrimas, esposas de homens que serviram ao Estado, e enquanto

vivos serviam ao Estado, e agora, depois de sepultados, sepultaram-se também as esperanças dessas marginalizadas funcionárias públicas ou pensionistas do Estado.

Nós temos debatido freqüentemente, Sr. Presidente, que os menores servidores do Estado, sustentam o Estado, e chegou até o dia em que usei a tribuna para dizer que, com o atraso no pagamento, no reajuste do funcionalismo público, dava para fazer uma estrada de vinte quilômetros, asfaltada.

Sr. Presidente, o apelo que nós fazemos é no sentido de se aprovar este humilde requerimento, para saber uma só coisa: a realidade dos vencimentos desses servidores do Estado, desses míseros funcionários, que nem sequer dá para pagar transporte, para recebimento dos cofres públicos.

Faz-se neste País, ao menos e somente no papel, uma desastrosa revolução para alterar a situação de vida do povo brasileiro, até hoje, Sr. Presidente, estão aí os engodos. Nenhuma justiça social se fez, a não ser aqueles que vivem rodeados no puxa-saquismo do Governo. E a verdade é uma só, Sr. Presidente, o que se precisa é, a partir do Parlamento, começar uma revolução cultural, de base, fundamentada nos desejos da nacionalidade, do patriotismo e do bem comum, Sr. Presidente.

É justamente para visar e buscar o bem comum que nós, aqui e agora, fazemos um apelo ao Líder do Governo. Faça-se passar este requerimento que não tem nada de injustificável e nem de injusto; muito pelo contrário, visa unicamente estabelecer um critério de justiça e o reconhecimento de uma necessidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. FIORI LUIZ — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente. Nós ouvimos, por ocasião do Grande Expediente, quando o Deputado Tércio Albuquerque usava da tribuna, o aparte do nobre e preclaro líder da ARENA, Erondy Silvério.

Uma posição corajosa naquela oportunidade, e ainda com a atmosfera daquele aparte, nobre Líder, é que também, a exemplo do Deputado Fidelcino Tolentino, fazemos um apelo a Vossa Excelência.

Porque é evidente que é preciso legislar basicamente com a razão. Mas, legislar também com o coração. Porque o Deputado, às vezes, tem que ser radical, tem que ser passional.

Este pedido de informações, nobre Líder Erondy Silvério, retrata uma situação social que a gente que leva um ní-

vel de vida razoável, a gente não sente, não penetra no íntimo. Mas, uma mulher que percebe quatrocentos e poucos cruzeiros do IPE, um marido que serviu vinte e seis anos ao Estado, é uma coisa que choca, nobre Líder.

Eu, com toda a sinceridade, emotivo até, pediria que a valorosa bancada da ARENA aprovasse este requerimento, esse pedido de informações. E creio que o Superintendente e o Diretor Geral do IPE, não vai se negar a responder os quesitos deste requerimento do Deputado José Tavares.

Vamos olhar com a razão sim, mas esses problemas sociais vamos colocar também uma parcela do nosso coração, porque a gente não pode ser robô, ser autômato. A gente tem é que sentir alguma coisa.

Então, peço com sinceridade, nobre Líder Erondy Silvério, que a bancada da ARENA, somando-se aos companheiros do MDB, aprove este requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Aprovado o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

Solicito a Vossa Excelência que proceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

13 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 102, 106 e 107/79;

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 113 e 118/79;

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 38 e 94/79,

marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 104/77, 41/79, 100 e 116/79.

dos Projetos de Resolução n.ºs 72, 73 e 74/79.

Levanta-se a sessão.